

PDS embargará obras no Senado

O líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), anunciou ontem que entrará na Justiça com uma ação popular contra a construção do Anexo IV do Senado, cujas obras estão orçadas em Cz\$ 350 milhões.

Amaral espera que no reinício da sessão legislativa, em agosto, os senadores do PDS provoquem um reexame pela mesa do Senado da construção desse anexo, que considera inteiramente desnecessária.

IMAGEM

Na opinião do líder pdsista, o Congresso tende a perder com a reformulação do plenário da Câmara e com a construção do Anexo IV do Senado: "Ambas são um desperdício de recurso inaceitável neste momento em que o País enfrenta graves dificuldades financeiras".

Em agosto, Amaral conversará com senadores do PDS sobre a conveniência de uma ação partidária contra o anexo do Senado. "Na Câmara, a bancada já decidiu que impedirá a re-

forma do plenário (onde seriam gastos Cz\$ 250 bilhões) e já comuniquei que nós iremos até a obstrução da ordem do dia se o PMDB votar a favor, como deseja o presidente do partido, Ulysses Guimarães".

Segundo ele, a situação do Senado é diferente. Na Câmara, por uma resolução aprovada na época do presidente Pereira Lopes, qualquer modificação ou construção nova terá de ser aprovada pelo plenário. Isto, porém, não acontece com o Senado, onde a Mesa na qual o PDS não tem nenhum representante, possui competência para autorizar a obra.

De acordo com Amaral Netto, os abusos que têm acontecido recentemente no Senado contribuíram muito para prejudicar a imagem dos parlamentares. "Na hora, ninguém diz que a culpa é do Senado, mas do Congresso e nós todos somos atingidos. Construir esse anexo é um absurdo, um desperdício de recursos, e nós faremos tudo que for possível para evitar mais este prejuízo ao erário", afirmou.

Mesa nega contratações

Diante de notícia veiculada, ontem anunciando nomeações de servidores para o Senado Federal, sua direção-geral divulgou esclarecimento tachando de "infundadas e mal intencionadas" as notícias publicadas. Como a matéria atribui a nota a "informações de bastidores", embora não os identifique, o Senado esclareceu também que a decisão de não fazer contratação foi tomada em março de 1985, pela Mesa Diretora da Casa, e o presi-

dente José Fragelli, que está visitando a União Soviética, tem, sistematicamente, reiterado que a cumprirá até o último dia de seu mandato.

Segundo ainda a nota, carecem de fundamento todas as notícias sobre nomeações de funcionários para o Senado, já que o seu quadro atual de pessoal deverá submeter-se, brevemente, a uma reforma administrativa global, nos mesmos moldes programadas para o Executivo.